Autoridades e operadores do Direito elogiam Anuário da Justiça Brasil 2012

Sampaio/SCO/STF

Foi lançado, na noite desta quarta-feira (9/5), no Supremo Tribunal Federal, a sexta edição do **Anuário da Justiça Brasil**, publicado pela revista eletrônica **Consultor Jurídico**. A solenidade de lançamento foi prestigiada por autoridades e representantes de todas as esferas e categorias do Judiciário e operadores do Direito. Além de ministros do Supremo Tribunal Federal e das cortes superiores, estiveram presentes juízes, desembargadores, procuradores, advogados, políticos e jornalistas.

"O Anuário dá visibilidade aos tribunais. É um grande instrumento para que eventuais falhas sejam corrigidas", observou **Ari Pargendler**, presidente do Superior Tribunal de Justiça.

Da mesma corte, o ministro **Humberto Martins** destacou que a publicação não interessa apenas ao meio jurídico, mas a um público mais amplo. “É muito importante não só para magistrados, mas para toda a sociedade que, aos poucos, começa a conhecer o trabalho de cada tribunal e o pensamento de cada juiz”, disse.” A sociedade precisa estar mais próxima da Justiça.”

"É uma das mais importantes publicações da literatura jurídica brasileira”, disse **Hamilton Carvalhido**, ex-ministro do STJ. “A um só tempo consegue ser leve e denso, prestando informações aos profissionais que precisam e desejam recebê-la."

A importância crescente da publicação foi reiterada por muitos dos presentes, que observaram que o Anuário traz ao público informações que não estão presentes no dia a dia da mídia. Um dos mais respeitados advogados constitucionalistas do país, o professor **Luís Roberto Barroso** também destacou o papel do Anuário como vetor de informação jurídica. “O Anuário tornou-se um nivelador de informações do Judiciário. Antigamente, você tinha os iniciados, que concentravam o saber jurídico. O Anuário se impôs como instrumento democratizante, promovendo a universalização do conhecimento jurídico”, afirmou.

O procurador-geral da República **Roberto Gurgel** falou da credibilidade do Anuário como fonte de informação singular. “O Anuário vem se firmando como um documento de fundamental importância no cenário da Justiça”, disse.

O juiz federal **Nino Toldo**, presidente eleito da Ajufe, também destacou a função de democratizar informações desempenhada pelo Anuário. “O Anuário é importante porque permite que o Judiciário se dê por conhecido da sociedade e também porque é distribuido a importantes formadores de opinião”, comentou.

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.

“É leitura obrigatória para todos os operadores do Direito”, afirmou **Cesar Asfor Rocha**, ministro do STJ. “É um perfil preciso do pensamento e da cultura da magistratura”, disse o decano da corte, que completa 20 anos de atividades no tribunal este ano.

Para **Ivan Sartori**, presidente do TJ-SP, o Anuário é um guia que aponta para reforçar as qualidades e atender as necessidades do Judiciário. “Enxergo o Anuário com bons olhos porque é isento e mostra o que cresceu e o que pode crescer dentro do Judiciário.”

É a mesma opinião do desembargador **Vasco Della Giustina**, convocado para julgar no STJ. “Vejo que é uma espécie de síntese dos defeitos e das virtudes do Judiciário, leitura obrigatória.”

O colega de STJ, ministro **Og Fernandes**, também enfatizou o aspecto funcional da publicação como guia para aqueles que desejam ou precisam entender como funciona a Justiça brasileira. “Não há profissional do Direito, atualizado no âmbito das cortes e dos recursos humanos que compõem os tribunais, que não conheça e se não se sirva do Anuário. A história do país passa agora pelas páginas do Anuário”, afirmou.

O presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, **Ophir Cavalcante**, chamou a atenção para o ranking de inconstitucionalidade publicado pelo Anuário 2012, que trouxe estatísticas alarmantes sobre a formulação de leis federais e estaduais que pecam pela inobservância da Constituição. “O Anuário não se limita mais apenas a fazer referência a quem compõe o Judiciário”, disse Ophir. “A publicação qualificou-se como instrumento que reflete, muitas vezes, que caminho não se deve seguir. Quando 83% das ADINs não passam pelo crivo da constitucionalidade, há uma indicação clara do que precisa ser transformado”, disse Ophir.

O advogado-geral da União **Luís Inácio Adams** também aproveitou para elogiar a iniciativa de publicar o Anuário 2012. “É um instrumento importante não apenas para se conhecer a Justiça, mas para exibir uma inequívoca radiografia dos operadores do Direito brasileiro”, falou. **Marcus Abraham**, candidato mais votado para a vaga de desembargador pelo quinto constitucional da advocacia no TRF-2, teceu comentários no mesmo sentido. “O Anuário mostra como pensam os julgadores e é indispensável aos operadores do Direito, disse.

Na mesma linha falou o ministro **Marco Aurélio Bellizze**, do STJ. “É um dos principais veículos de informação para advogados e magistrados. Um conjunto de pensamentos que vai além da mera informação. A publicação é esperada pelos operadores e está consolidada no meio jurídico”, disse.

O advogado **Osório Bueno Neto**, da banca Machado Associados, relatou episódio em que o Anuário lhe serviu como ferramenta de atuação.“Foi útil quando precisava despachar com um ministro do TST, a quem não conhecia”, conta o advogado, que é especializado em causas tributárias. “Pude saber o perfil do julgador com antecedência.”

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.

O ex-procurador-geral da República **Antônio Fernando de Souza** reafirmou o perfil do Anuário como instrumento de trabalho. “O Anuário traz informações relevantes e específicas sobre os tribunais superiores”, elogiou.

“A chave de tudo é a informação. O cidadão é o usuário e o principal consumidor de Justiça e merece um trabalho dessa qualidade, disse **Murillo Valle Mendes Jr**., presidente da construtura Mendes Jr.

O advogado **Roberto Podval**, candidato à presidência da OAB-SP, referiu-se ao Anuário como marco editorial. “A publicação é um marco para a advocacia por ser um retrato do Judiciário e de quem atua nos tribunais superiores”.

O advogado **Márcio Kayatt** referiu-se à publicação como o livro sagrado do Judiciário. “O Anuário é a Bíblia do Judiciário. Uma radiografia de quem vai julgar e de como os ministros recebem os advogados, sem o qual não dá para trabalhar”, declarou.

Date Created
10/05/2012

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.